

Ideia Geographica dos territorios portuguezes que comprehende o Governo e Capitania General do Matto Grosso e Cuiabá. Confinantes as Provincias Castelhanas de Chiquitos e de Mojos

DOI: <https://doi.org/10.24206/lh.v6i1.32274>

Carmem Marques Rodrigues

Graduada em História (UFMG) e Filosofia (PUC Minas), Mestre em História Social da Cultura e Doutoranda com apoio da CAPES, linha de pesquisa Ciência e Cultura na História pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. Membro do International Society for the History of Maps (ISHMap).

E-mail: carmemmarquesrod@gmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-2681-4646>

RESUMO

O mapa “Ideia Geographica dos territórios portuguezes que comprehende o Governo e Capitania General do Matto Grosso e Cuiabá. Confinantes as Provincias Castelhanas de Chiquitos e de Mojos” faz parte do acervo cartográfico da Biblioteca Nacional, e é uma peça representativa dos mapas regionais manuscritos da segunda metade do século XVIII. Normalmente utilizados apenas como ilustrações, os mapas são intrigantes documentos históricos que podem revelar muito mais informações do que apenas a geografia representada, e uma das ferramentas para trabalhá-los é História da Cartografia. Centrada em uma abordagem transdisciplinar, a História da Cartografia conjuga métodos de análise internos e externos, pois não analisa os mapas como fins em si mesmos, ou seja, peças puramente técnicas, mas como objetos históricos, carregados de significados. Neste estudo iremos analisar o mapa “Ideia Geographica” a partir dessa metodologia com o intuito de apresentar e convidar os pesquisadores a trabalhar com os mapas para além das ilustrações.

Palavras-chave: História da Cartografia. Mapas. Biblioteca Nacional. Capitania do Mato Grosso e Cuiabá.

Introdução

O Acervo cartográfico da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro é um dos mais ricos e inexplorados acervos do Brasil, com cerca de 22 mil mapas manuscritos e impressos. São vários mapas raros e famosos como o planisfério de Sebastian Munster, de 1552 e o mapa mural *Tabula nova, atque accurata Americae Australis* de Miguel Antônio Ciera, de 1772. Por outro lado, são inúmeros os exemplares desconhecidos, que carecem de pesquisa mais aprofundada para esclarecer suas peculiaridades históricas.

Os mais desconhecidos e pouco estudados são, em sua maioria, cartas regionais manuscritas sobre o Brasil. Todavia, pesquisá-las não é tarefa fácil, pois poucas são as informações disponíveis, a maioria não possui identificação de autoria ou de datação, que são normalmente as primeiras informações coletadas na análise cartográfica. Portanto, para analisar esses documentos o historiador deve estar atento ao contexto de formação do acervo cartográfico. Os mapas sobre a Capitania do Mato Grosso e Cuiabá, por exemplo, eram normalmente objetos administrativos feitos direta ou indiretamente sob as ordens dos governadores, por isso eram anexados às correspondências administrativas. São várias as citações explícitas sobre o envio de mapas anexos nas correspondências dos governadores, como nessa carta de Luis Pinto de Sousa Coutinho, 3º Governador do Mato Grosso e Cuiabá, de 1 de Maio de 1771:

Por este motivo tenho escrito ao seu Governador, com o plano que julguei mais conforme a verdadeira situação das coisas, e a assistentes do serviço do mesmo senhor, o que em suma será manifesto a Vossa Excelência pelo **Mapa de Nossa Província** que ajuntarei a esta, e que designa no meu sistema, os verdadeiros termos das duas Capitánias limítrofes, assim de São Paulo como de Goiás, a respeito deste Governo.¹

Porém, no processo de organização do acervo as “correspondências e mapas foram separados, provavelmente devido a uma concepção organizativa que dava mais importância à tipologia dos documentos do que ao sentido do conjunto documental” e o resultado foi que se perdeu “o vínculo essencial entre conteúdo representado iconograficamente no mapa e motivações e explicações explicitadas na correspondência a qual o mapa estava anexado.” (VIEIRA JR., 2015, p. 11-12). Este parece ser o caso do mapa “Ideia Geographica dos territórios portuguezes que comprehende o

¹ OFÍCIO do [Governador e capitão general da capitania de Mato Grosso] Luis Pinto de Sousa Coutinho ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro sobre o agravamento do seu estado de saúde e dá no conhecimento da situação e negócios da capitania. Carta com 40 páginas. Anexo: 8 doc CT-AHU-ACL-CU-010, CX 15, DOC 927

Governo e Capitania General do Matto Grosso e Cuiabá. Confinantes as Provincias Castelhanas de Chiquitos e de Mojos”.

Nos registros da Biblioteca Nacional as informações disponíveis são sobre a descrição física do mapa: manuscrito feito em desenho a nanquim, aquarelado com 136 x 178 cm. Não se sabe a autoria ou a data específica de fabricação, pois essas informações não estão disponíveis no próprio mapa. Diante desse cenário, o primeiro passo para a análise cartográfica é proceder sua leitura interna ou técnica.

A primeira informação é o título: *Ideia Geographica dos territórios portuguezes que comprehende o Governo e Capitania General do Matto Grosso e Cuiabá. Confinantes as Provincias Castelhanas de Chiquitos e de Mojos.*

A presença do título normalmente identifica o mapa como uma construção feita para determinado fim, ou seja, “como meio de comunicação, tem por obtectivo de difundir determinadas informações acerca do território.” (COUTINHO, 2009, p. 20), por isso, normalmente existe uma correlação entre a área representada e o título. Todavia há também “uma função sócio-política ao difundir informações que embora pareçam neutras através do carácter científico e técnico do próprio mapa, acabam por traduzir uma retórica ligada à autoridade.” (COUTINHO, 2009, p. 21). Os governadores da Capitania do Mato Grosso e Cuiabá tinha como costume escrever “ideias gerais” sobre a Capitania ao final de seus mandatos, nesses documentos relatavam a situação socioeconômica e geográfica, que normalmente era representada em mapas. Dessa forma, a “informação contida no título não corresponde a um inventário do conteúdo da carta, ela é truncada, descentrada devido aos valores de poder que modela o mapa, e que este acaba por veicular.” (COUTINHO, 2009, p. 21). O título “*Ideia Geographica*” faz supor que pode existir uma relação entre esse mapa e um algum relato ou *Idea* geral feito na segunda metade do século XVIII.

Outra característica que pode ligar esse mapa à atividade oficial é sua dimensão. Com 136 x 178 cm, seu tamanho mediano pode ser uma evidência de seu uso, pois mapas de dimensões menores poderiam ser facilmente transportados ou anexados às correspondências reais. A alta qualidade seu papel é outra característica interessante que indica a preocupação com a durabilidade, além de ser uma evidência de que o autor tinha acesso a materiais raros e caros.

A presença dos recursos técnicos como escala em léguas e marcação de latitudes e longitudes é outra característica importante que demonstra o grau de instrução do autor. “Os mapas não tem uma gramática como a linguagem escrita, mas igualmente são textos desenhados de maneira deliberada e criados sobre a aplicação de princípios e técnicas, e desenvolvidos como sistemas formais de comunicação.” (HARLEY, 2005, p. 62). Portanto, quando identifica-se a presença desses elementos

convencionados, a conclusão é que o cartógrafo era alguém versado nos parâmetros cartográficos e por isso preocupado em dar fidedignidade a sua obra, assentando-a em bases científicas.

Com essas informações segue-se para o segundo passo: a leitura paleográfica do mapa. Nessa análise buscam-se nas descrições e registro toponímicos pistas sobre o contexto de construção do mapa.

Normas de edição utilizadas

Apresenta-se uma transcrição paleográfica parcial do mapa, pois a ênfase desse estudo está nas descrições e registros toponímicos que podem elucidar as questões que não foram respondidas durante a análise técnica. Dessa forma, segue-se a transcrição das descrições e dos topônimos das vilas, arraiais, fazendas e missões.

Para esta transcrição recorreu-se às Normas Técnicas para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos apresentada por Roberto Jorge Chaves Araújo (2013).



Descrições

Todo este grandíssimo espaço de País alagado ou Paludozo, que se comprehende dentro da linha pontuada representa pouco mais ou menos a figura do VASTO PANTANAL do Rio Paraguay [a que vulgar mas impropriamente denominavão o LAGO de XARAES] com os respectivos Limites até onde costuma dilatarse.

Rio de S. Lourenço que alguém dia se denominava R. dos Porrudos

Navegação privativa e indispensável que fazem e jamais poderão deixar de fazer os Portugueses desde o Cuiaba até o Porto d'Ararituaba no R. Tiete da Cap. De S. Paulo, a fim de cultivarem o seu necessário comércio que chamam de povoado principalmente do R. de Janeiro sem o que não seria talvez possível que subsistisse a dita Vila ou alias desde o dito Porto d'Ararituaba de donde se aprontam e expedem as Canoas para o referido Cuiaba.

Navegação privativa e urgentemente que precisamente seguem, tem seguido, e deverão seguir sempre os Portugueses não só do Mato Grosso para a Vila do Cuiaba mas para as Capitánias de São Paulo e Rio de Janeiro ainda muito mais indispensável e importante ou vice versa desde qualquer destas ultimas a de Mato Grosso na sua ordinária frequência de comercio.

Vilas e Arraias

Vilas e Arraias
Nova Coimbra
Albuquerque
Villa Maria
S. Pedro D'el Rey
Arraial de Sta. Bárbara
Villa de Cuiaba
Arraial da Lavrinha
Cazal Vasco
Villa Bella
Arraial da Chapada
Liomil
Lamego

Fazendas e Outros

Fazenda de Gado de S. Majestade
Leandro
Guarda
Ferras
Registro
Moraes
Gabriel Antunes
Vellozo

Godoes
Ponte
Pombal
Barata
Joze Caetano
Vieiras
Anna Pta.
Lesa
Ajud.
Cota
Joana
Bigua
João Correa
Ig. Soares
Florenzia
Ratão
Alexandre Enrique
Maria Tereza
Bemfica
Alberto Nunes
Pai João
Basto
Vitoriano Lopes
Tem. Coronel
Felix Martins

Cap. Mor
 Brag.ça
 Paula
 Coutinho
 Roza Pedroza
 Leonardo
 Jose Ant.
 Salv. Da S.
 Simão Lopes
 Gomes
 Carvalho
 Pilar
 S.ta. Anna
 Ouro Fino
 S. Vic.te
 Ant.Roiz
 Porto do Cubata
 Sítio do Ortis
 Sítio da Quiteria
 Torres
 Sto. Antonio dos Guarajus
 Porto dos Guarajus

Vizeu
 Destacamento das Pedras
 Os quatro irmãos
 Forte Principe da Beira

Missões

Missão de São Tiago
 Missão de São João
 Missão de São José
 Missão de São Rafael
 Missão de São Miguel
 Missão de Santa Anna
 Missão de Santo Ignácio
 Missão da Conceição
 Missão de São Xavier
 Missão de São Joaquim
 Missão da Magdalena
 Missão de São Pedro velho
 Missão de São Pedro novo
 Missão da Trindade
 Missão do Loreto

Com as informações internas em mãos segue-se para o terceiro passo: o cotejamento com outros documentos, em busca do contexto de construção do mapa. Normalmente o contexto histórico é descrito de forma simplista como a busca pelos “antecedentes históricos gerais”, porém “é necessário entender que o contexto é um conjunto complexo de forças interativas, um diálogo com o texto, dentro do qual resulta fundamental para a estratégia interpretativa.” (HARLEY, 2005, p. 64). Para a História da Cartografia a reconstrução dos contextos dos mapas é uma tarefa extremamente complexa, pois “a reconstrução dos contextos técnicos do traçado dos mapas, implica numa enorme exigência de habilidades auxiliares do historiador”, já que “cada mapa é um produto de vários processos que envolvem diferentes indivíduos, técnicas e instrumentos. Para entendê-los, necessitamos recorrer ao conhecimento especializado de temas tão diversos como a bibliografia, a paleografia, a história da geometria”, entre outros (HARLEY, 2005, p. 65).

Não se pretende fazer neste ensaio a reconstrução pormenorizada do contexto do mapa “Ideia Geographica”, inclusive tal trabalho exigiria um estudo de maior fôlego. O objetivo é mostrar alguns passos para a análise de mapas com o intuito de convidar e incentivar o interesse pelo tema. Dessa forma, o caminho analítico demonstrado a seguir foi norteado pela análise paleográfica, buscaram-se nos trechos transcritos pistas sobre o contexto cartográfico.

A principal descrição presente em “Ideia Geographica” diz respeito à caracterização do Pantanal como área alagada, abandonando completamente a antiga ideia da Lagoa dos Xaraes, um mito cartográfico de grande importância até 1750, quando o aprofundamento do conhecimento geográfico

sobre a região desfez a imagem mitológica. Segundo Maria de Fátima Costa, “ao suplantar a castelhana Xarayes como designativo das terras molhadas do interior sul-americano, o topônimo Pantanal veio afirmar a supremacia luso-brasileira na região” (2007, p. 36). Todavia, essa supremacia foi arduamente assegurada pelo trabalho dos governadores da Capitania do Mato Grosso que, desde o primeiro tratado de limites assinado entre as coroas espanhola e portuguesa, perceberam que o centro-oeste do Brasil tornou-se o foco das disputas fronteiriças. Como os tratados eram fortemente questionados, por ambas as partes, os governadores tinham uma preocupação especial com a fronteira, esse foi o caso de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, que intensificou os esforços para garantir as possessões portuguesas no centro-oeste, especialmente após o Tratado Preliminar de 1777. Para o governador, “caso vigorassem aqueles artigos, a maior parte das áreas já ocupadas pelos portugueses, tanto no rio Paraguai quanto no Guaporé, passariam aos domínios da Espanha” (AMADO; ANZAI, 2014, p. 262). Albuquerque preocupava-se tanto com as extensas fronteiras como com a navegação dos rios contravertentes das bacias amazônica e platina, por isso encarregou “engenheiros, astrônomos e matemáticos (...) de reconhecerem as verdadeiras condições de defesa da capitania” (COSTA, 2001, p. 999). Com os mapas produzidos por esses homens ilustrados, o governador pretendia “não apenas garantir a navegação privativa do alto curso do rio Paraguai, como defender o istmo que possibilitava a transposição das bacias do Paraguai ao Guaporé” (AMADO; ANZAI, 2014, p. 266). Estas características estão presentes em “Ideia Geographica”, nas transcrições pode-se ver a defesa da navegação exclusiva dos rios São Lourenço e Paraguai, por serem importantes rotas comerciais e servirem como porta de entrada para o interior do Brasil.

Além da identificação das principais vilas e arraiais, um dado interessante e raramente visto em outros mapas é a identificação das fazendas, que aparecem principalmente ao longo do curso dos rios Barbados, Alegre e Guaporé. Essas informações tinham como objetivo mostrar a forte presença portuguesa na região.

A partir da listagem das vilas, pode-se identificar que a mais recente era Casal Vasco, fundada em 1783 durante o governo de Luís de Albuquerque, portanto a construção do mapa deve ser posterior a essa data. Cotejando outros mapas e documentos da década de 1780 encontramos dois exemplares que podem fornecer mais informações sobre o mapa “Ideia Geographica”. O primeiro documento está no Arquivo Histórico Ultramarino, de 06 de Março de 1785, um “OFÍCIO do [governador e capitão general da capitania de Mato Grosso] Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro com que envia mapa geográfico, já sujeito a observações astronomicas; memória; carta topográfica do istmo que estabelece os rios Alegre e Aguape e os exames realizados pelo capitão Ricardo Franco de Almeida”. Este pode ser o documento que acompanhava o mapa, e que também indica quem foi o seu cartógrafo.

Para confirmar as suspeitas levantadas pelo ofício, confrontou-se o documento com outro mapa, feito Joaquim José Ferreira: o “Mappa Geografico em que se mostram as derrotas de Casal Vasco às Missões de S.^{ta} Anna, e S.^{to} Ignácio da Província de Chiquitos: feitas em 1784 e 1786. Por ordem do Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor Luiz d’Albuquerque de Mello P.^{ta} e Caceres. Governador e Cap.^{am} General das Capitánias de Matto Grosso e Cuiabá, e nos Limites dellas encarregado da Comissão das Reaes Demarcações.”.

Tudo indica que o “Ideia Geographica” foi feito sob as ordens de Luís de Albuquerque, pois estão cartografados os principais pontos de interesse do governador: a divisa da Capitania do Mato Grosso com a Província de Chiquitos e Mojos, com o traçado favorável aos interesses portugueses; o curso dos principais rios pantaneiros (Alegre, Guaporé, Paraguai, etc) com as justificativas sobre a defesa da navegação exclusiva portuguesa; a localização das vilas, arraiais e fazendas comprovando a forte presença luso-brasileira e o istimo entre os rios Alegre e Aguapey que permitia a comunicação entre as bacias amazônica e platina.

Os silêncios também são evidências, pois são “tão culturalmente específico como qualquer outro aspecto da linguagem cartográfica” (HARLEY, 2005, p. 116). No caso, duas ausências chamam a atenção, o primeiro grande silêncio é sobre a presença indígena no Mato Grosso. Não se encontra nenhuma referência às diversas nações nativas que, inclusive, mantinham intensa relação de conflito no Pantanal, essa ausência tem o objetivo de afirmar a presença civilizatória dos portugueses, corroborando o objetivo de Albuquerque de usar a cartografia como defesa da conquista antiga e extensa do Mato Grosso. O segundo silêncio está na parte espanhola do mapa, não se sabe se foi motivado pelo verdadeiro desconhecimento ou se a intenção era mostrar um povoamento esparsa, confinado às missões jesuíticas. De fato, na análise cartográfica os silêncios também são importantes fontes de informação.

Por último analisaram-se os dois documentos cartográficos e as semelhanças no estilo cartográfico e na grafia podem confirmar a suspeita de que o real autor de “Ideia Geographica” foi o engenheiro militar Ricardo Franco de Almeida Serra ou seu colega Joaquim José Ferreira. Estes militares eram os oficiais designados para a Terceira Divisão demarcatória do Tratado de Santo Ildefonso e estabeleceram uma profícua relação com Albuquerque.

Conclusão

Os historiadores tendem a “relegar os mapas, junto com quadros, fotografias e outras fontes não verbais, a um tipo de evidência de menor categoria do que a palavra escrita. Grande parte das

pesquisas e dos textos históricos é feita sem recorrer sistematicamente aos mapas contemporâneos” (HARLEY, 2005, p. 59). Levar a pesquisa para além dos documentos tradicionais é uma maneira de diversificar a pesquisa histórica, instigando os pesquisadores a percorrer novos caminhos e metodologias; todavia, essa escolha pode trazer grandes dificuldades.

Este ensaio pretendeu mostrar que, apesar das diversas dificuldades relacionadas à separação dos acervos cartográficos e documentais, a falta de informações, o tímido uso dos mapas como fontes, ainda sim é possível fazer uma investigação histórica de qualidade tendo os mapas como documentos principais. Esse desafio se faz importante não só pela necessária diversificação das fontes, mas pelas inúmeras lacunas e desconhecimentos que ainda existem sobre a cartografia manuscrita do Brasil.

Referências bibliográficas

- AMADO, Janaína; ANZAI, Leny Caselli. **Luís de Albuquerque. Viagens e governo na Capitania de Mato Grosso/1771-1791**. São Paulo: Versal, 2014.
- ARAÚJO, Roberto Jorge Chaves. **As normas técnicas para transcrição e edição de documentos manuscritos e alguns fatos gráficos da história da escrita nelas normalizados**. João Pessoa: Universidade Estadual da Paraíba, 2013.
- COSTA, M. de F. Alexandre Rodrigues Ferreira e a capitania de Mato Grosso: imagens do interior. **História, Ciências, Saúde. Manguinhos**, vol. VIII (suplemento), 993-1014, 2001
- COSTA, M. de F. De Xarayes ao Pantanal: a cartografia de um mito geográfico. **Revista do IEB**, São Paulo, n. 45, p. 21-37, 2007.
- COUTINHO, Ana Sofia de Almeida. Imagens de França do século XVIII através da Coleção Cartográfica do Visconde de Balsemão. **Revista da Faculdade de Letras. HISTÓRIA**, Porto, III Série, vol. 10, p. 17-27, 2009.
- HARLEY, John Brian. **La Nueva Naturaleza de los Mapas**. México: FCE, 2005.
- VIEIRA JR, Wilson Carlos Jardim. **Cartografia da Capitania de Goyaz no século XVIII: intenção e representação**. Tese de Doutoramento. Brasília: Universidade de Brasília, 2015.

Fonte manuscrita

- OFÍCIO do [governador e capitão general da capitania de Mato Grosso] Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro com que envia mapa geográfico, já sujeito a observações astronomicas; memória; carta topográfica do istmo que estabelece os rios Alegre e Aguape e os exames realizados pelo capitão Ricardo Franco de Almeida**. CT-AHU-ACL-CU-010,cx 25
- OFÍCIO do [Governador e capitão general da capitania de Mato Grosso] Luis Pinto de Sousa Coutinho ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro sobre o agravamento do seu estado de saúde e dá no conhecimento da situação e negócios da capitania**. Carta com 40 páginas. Anexo: 8 doc CT-AHU-ACL-CU-010, CX 15, DOC 927

Referência cartográfica

IDEIA geographica dos territorios portuguezes que comprehende o Governo e Capitania General do Matto Grosso e Cuiabá. Confinantes as Provincias Castelhanas de Chiquitos e de Mojos. [178-?]. 1 mapa ms., desenho a nanquim, aquarelado, 136 x 178 cm. Disponível em:
http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart520418/cart520418.jpg. Acesso em: 3 fev. 2020.

Mappa Geografico em que se mostram as derrotas de Casal Vasco às Missões de S.^{ta} Anna, e S.^{to} Ignácio da Província de Chiquitos: feitas em 1784 e 1786. Por ordem do Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor Luiz d'Albuquerque de Mello P.^{ra} e Caceres. Governador e Cap.^{am} General das Capitancias de Matto Grosso e Cuiabá, e nos Limites dellas encarregado da Comissão das Reaes Demarcações. 1786. Escala c.1:320 000, 10 léguas de 20 ao grau = 17,5cm. Fl. de 55 x 42 cm colada em Fl. de 61 x 48 cm. Cota n.18, Coleção da Família Albuquerque da Casa da Ìnsua, Penalva do Castelo.